

INFORME RIG

Relações
Institucionais e
Governamentais

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL
SEMANA 06/06 a 10/06/2022



CENÁRIO

No cenário do Informe RIG desta semana destacamos a aprovação do PL 4188/2021 no Plenário da Câmara dos Deputados na quarta-feira da semana passada (01). A proposta institui um marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no país. Dentre as mudanças previstas estão: a permissão de exploração de um serviço de gestão especializada de garantias e o aumento do rol de possibilidade de penhora. De acordo com o Ministério da Economia, o Marco das Garantias, desenhado pelo projeto, visa a facilitação de uso das garantias de crédito, a redução de custos e juros de financiamentos, e o aumento da concorrência. A proposta, agora, seguirá para análise do Senado Federal.

Além da aprovação do PL das garantias, destacamos também na terça-feira semana passada (31) a aprovação da MP 1085/2021, que trata do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp). O texto estabelece novas regras para o registro de títulos em cartórios, a fim de conectar bases de dados de todos os tipos de cartórios e permitir registros e consultas pela internet a partir do novo sistema. A implantação e o gerenciamento serão feitos por oficiais de registros públicos de todo o país através de uma entidade civil de direito privado sem fins lucrativos. A medida passou por análise das duas casas do Congresso Nacional em um único dia e foi aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão. A matéria, agora, irá para sanção do Presidente da República.

Nesta semana, atividades legislativas de interesse do setor estão agendadas para terça e quarta-feira. Dentre elas, a realização da primeira Audiência Pública da Comissão Especial da PEC 7/2020, destinada ao debate da matéria, que visa alterar o Sistema Tributário Nacional a partir da criação de três classes de impostos: sobre renda, consumo e propriedade. A audiência será realizada nesta terça-feira (07) e contará com especialistas do setor econômico e tributário.

PAUTA DO CONGRESSO NACIONAL

Não foram identificados eventos de interesse até o fechamento deste informe.

PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

TERÇA-FEIRA (07)

CD | Plenário da Câmara dos Deputados

13h55 – Sessão Deliberativa

Pauta a definir

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)

09h – Sessão Deliberativa

REQ nº 40/2022 – “Requer a inclusão de participante em audiência pública no âmbito da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, para debater sobre os efeitos decorrentes da Medida Provisória nº 1.116, de 04 de maio de 2022.”

Fica incluído na lista de convidados:

Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, membro do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem da Justiça do Trabalho, e Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

Autor: Deputado Augusto Coitinho (REPUBLICANOS/PE)

Posicionamento: Acompanhamento.

REQ nº 41/2022 – “Requer a realização de audiência pública para debater a respeito do Projeto de Lei n. 3.228/2021, que

“Altera a Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017, que dispõe sobre a Identificação Civil Nacional – ICN”.

Autor: Deputado Carlos Veras (PT/PE)

Posicionamento: acompanhamento

REQ nº 49/2022 – “Requer a realização de audiência pública destinada ao debate sobre o teletrabalho, sua aplicação e impacto na realidade contemporânea, e os efeitos decorrentes da Medida Provisória nº 1.108, de 2022.”

Autor: Deputado Bohn Gass (PT/RS)

Posicionamento: Favorável ao projeto

REQ nº 59/2022 – “Requer o aditamento do REQ nº 31/2022, referente à audiência pública destinada a instruir o PL 4391/2021, que dispõe sobre a representação privada de interesses realizada por pessoas naturais ou jurídicas junto a agentes públicos, para incluir um representante do Observatório Político do Setor de Serviços (OPS).”

Autor: Deputado Augusto Coutinho (REPUBLICANOS/PE)

Posicionamento: Favorável ao projeto

REQ nº 62/2022 – “Requer a realização de Audiência Pública, com a finalidade de se discutir o mérito e os impactos do Projeto de Lei nº 8.112/2017”.

Autor: Deputado Alexis Fonteyne (NOVO/SP)

Posicionamento: Favorável ao projeto

PL nº 6100/2016 – “Altera a consolidação das Leis do Trabalho - CLT -, instituindo-se o regime unificado de pagamento de tributos, de contribuições e dos demais encargos do empregador, denominado SIMPLES TRABALHISTA, e dá outras providências.”

Autor: Deputado João Derly (REDE/SP)

Relator: Deputado Daniel Almeida (PCdoB/BA)

Parecer: Pela rejeição deste e do PL nº 7654/2017, apensado

Posicionamento: Favorável ao projeto; contrário ao parecer

PL nº 8112/2017 – “Acrescenta dispositivo a Lei de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, modificada pela Lei 13.467 de 13 de julho de 2017 a fim restabelecer direitos retirados.”

Autor: Deputado Marco Maia (PT/RS)

Relator: Deputado Daniel Almeida (PCdoB/BA)

Parecer: Pela aprovação deste, e dos PLs nºs 8.181/17, 8.890/17, 253/19, 2.699/19, 10.731/18, 4.016/19 e 1.718/20, apensados, com substitutivo

Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer

PL nº 8544/2017 – “Excluir o Art. 223-G, § 1º, da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017,” que Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).”

Autor: Deputado Cleber Verde (PRB/MA)

Relator: Deputado André Figueiredo (PDT/CE)

Parecer: Pela aprovação deste e dos Projetos de Lei nºs 9.204/17, 614/19 e 913/19, apensados, com Substitutivo, e pela rejeição dos Projetos de Lei nºs 8.793/17, 11.207/18 e 16/19, apensados.

Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer

PL nº 2224/2021 – “Altera a Lei 14.129 de 29 de março de 2021, para disciplinar sobre o fomento da oferta de serviços de interoperabilidade de dados em tempo real.”

Autor: Deputado Felipe Rigoni (PSB/ES)

Relator: Deputado Tiago Mitraud (NOVO/MG)

Parecer: Pela aprovação

Posicionamento: em análise

15h – Audiência Pública e Deliberação de Requerimentos

PEC nº 7/2020 – Altera o sistema tributário Nacional.

Posicionamento:

A- Audiência Pública

Participantes:

- **Antônio Martinho Arantes Lício**, Economista-Consultor;
- **Luiz Gustavo Bichara**, Procurador Especial Tributário do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
- **Schubert de Farias Machado**, Advogado e Diretor do Instituto Cearense de Estudos Tributários (ICET);

B- Deliberação de Requerimentos

QUARTA-FEIRA (08)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)

09h30 – Sessão Deliberativa

PLP nº 131/2021 – “Altera a Lei Complementar n. 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.”

Autor: Deputado Pedro Uczai (NOVO/SP)

Relator: Deputado Otto Alencar Filho (PSD/BA)

Parecer: Pela rejeição

Posicionamento: Contrário ao projeto; favorável ao parecer

PLP nº 151/2019 – “Altera o art. 2º, § 4º, da Lei Complementar nº 167, de 24 de abril de 2019, que "Dispõe sobre a Empresa Simples de Crédito (ESC) e altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei Complementar nº 123, de

14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional), para regulamentar a ESC e instituir o Inova Simples", para fins de vedar, em qualquer hipótese, a participação de mesma pessoa natural na constituição de uma Empresa Simples de Crédito."

Autor: Deputado Valtenir Pereira (MDB/MT)

Relator: Deputado Zé Neto (PT/BA)

Parecer: Pela aprovação deste, e pela rejeição do PLP 200/2019, do PLP 166/2020, e do PLP 187/2020, apensados

Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

PL nº 6606/2019 – “Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências”.

Autor: Deputado Paulo Teixeira (PT/SP)

Relator: Deputado Guiga Peixoto (PSC/SP)

Parecer: Pela aprovação deste

Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

PDL nº 729/2019 – “Susta a Resolução nº 150 de 3 de dezembro de 2019 que "Altera a Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, que dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).”

Autor: Deputado Orlando Silva (PCdoB/SP)

Relator: Deputado Helder Salomão (PT/ES)

Parecer: Pela rejeição deste, do PDL 731/2019, do PDL 732/2019, do PDL 733/2019, do PDL 735/2019, do PDL 736/2019, do PDL 739/2019, do PDL 742/2019, e do PDL 743/2019, apensados.

Posicionamento: Acompanhamento

PL nº 905/2020 – “Insere dispositivos na Lei nº 13.979 de 06 e fevereiro de 2020 para dispor sobre a suspensão da cobrança

dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional do Microempreendedor Individual“

Autor: Deputado Rubens Otoni (PT/GO)

Relator: Deputado Guiga Peixoto (PSC/SP)

Parecer: Pela rejeição deste, do PL 958/2020, do PL 1775/2020, e do PL 1045/2022, apensados.

Posicionamento: Favorável ao projeto; contrário ao parecer

PL nº 3420/2019 – “Altera o a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a fim de alterar o critério da multa aplicada às entidades de direito privado em caso de vazamento de dados pessoais.”

Autor: Deputado Heitor Freire (UNIÃO/CE)

Relator: Deputado Guiga Peixoto (PSC/SP)

Parecer: Pela rejeição deste, e do PL nº 6149/2019, apensado

Posicionamento: Favorável com ressalvas ao projeto; favorável ao parecer pela rejeição.

PL nº 4063/2019 – “Altera a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, para determinar a instauração de inquérito administrativo para apuração de infrações à ordem econômica sempre que uma empresa ou grupo de empresas controlar um terço ou mais de mercado relevante.”

Autor: Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)

Relator: Deputado Alexis Fonteyne (NOVO/SP)

Parecer: Pela rejeição deste, e da Emenda nº 1/2019

Posicionamento: Favorável ao projeto; contrário ao parecer

PL nº 4783/2020 – “Institui, em todo o território nacional, o Código de Defesa do Empreendedor.”

Autor: Deputado Vinicius Poit (NOVO/SP)

Relator: Deputado Vinicius Farah (UNIÃO/RJ)

Parecer: Pela aprovação

Posicionamento: Favorável com ressalvas ao projeto e ao parecer

PL nº 6103/2019 – “Altera a Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para dispor sobre a emissão de debêntures, divulgação de documentos empresariais, exercício do direito de voto e regulamentação do acesso ao mercado de capitais e outras providências.”

Autor: Deputado Jerônimo Goergen

Relator: Deputado Augusto Coutinho

Parecer: Pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda ao Substitutivo 1/2021 da CDEICS.

Posicionamento: Favorável com ressalvas ao projeto e ao parecer

PL nº 4063/2019 – “Altera a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, para determinar a instauração de inquérito administrativo para apuração de infrações à ordem econômica sempre que uma empresa ou grupo de empresas controlar um terço ou mais de mercado relevante.”

Autor: Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)

Relator: Deputado Alexis Fonteyne (NOVO/SP)

Parecer: Pela rejeição deste, e da Emenda nº 1/2019

Posicionamento: Favorável ao projeto; contrário ao parecer

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)

09h30 – Sessão Deliberativa

REQ nº 14/2022 – “Requer a realização de audiência pública destinada à instrução do PLP 17/2022, que institui o Código de defesa do pagador de impostos”.

Convidados:

- Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI)
- Representante da Confederação Nacional do Comércio (CNC)
- Representante do Serviço Brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas - SEBRAE

- Representante do SINDIFISCO NACIONAL
- Representante da Advocacia-Geral da União (AGU)
- Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Autor: Deputado Felipe Rigoni (UNIÃO/ES)

Posicionamento: Favorável ao projeto

REQ nº 20/2022 – “Requer inclusão de participante em audiência pública no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, para debater à instrução do PLP 17/2022, que institui o Código de defesa do pagador de impostos.”

Convidado:

Mauro Silva, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco)

Autor: Deputado Júlio Cesar (PSD/PI)

Posicionamento: Acompanhamento

PLP nº 189/2020 – “Altera a legislação da transação por adesão no contencioso tributário de pequeno valor, para ampliar o prazo máximo de quitação dos débitos relativos ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).”

Autor: Deputada Shéridan (PSDB/RR)

Relator: Deputado Júlio Cesar (PSD/PI)

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas e, no mérito, pela aprovação.

Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

PLP nº 108/2021 – “Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir o enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) de pessoa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 130.000,00, bem como para permitir que o MEI contrate até 2 empregados.”

Autor: Senador Jayme Campos (DEM/MT)

Relator: Deputado Marco Bertaiolli (PSD/SP)

Parecer: Pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas

Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

PL nº 2866/2020 – “Institui medidas de caráter emergencial para a concessão de linhas de crédito pelo governo federal.”

Autor: Deputado Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP)

Relator: Deputado Luis Miranda (DEM/DF)

Parecer: Pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo

Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

PL nº 3605/2020 – “Altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, e a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para permitir a redução de taxas de juros a micro e pequenas empresas em financiamentos com base na Taxa de Longo Prazo – TLP e sua taxa de juros prefixada, especialmente enquanto durarem os efeitos sociais e econômicos da emergência de saúde pública decorrente da pandemia de Covid-19.”

Autor: Deputado Eduardo Costa (PTB/BA)

Relator: Deputado Alexis Fonteyne (NOVO/SP)

Parecer: Pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária, e pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas

Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

PL nº 115/2021 – “Dispõe sobre a extensão do prazo de validade das certidões negativas de débito de que trata, e dá outras providências.”

Autor: Deputado Mário Heringer

Relator: Deputado Luis Miranda

Parecer: Pela não implicação financeira ou orçamentária da

matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública

Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

PL nº 2944/2019 – “Dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos, no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências.”

Autor: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Relator: Deputado Ronaldo Fonseca (PROS/DF)

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, na forma do Substitutivo da CFT.

Posicionamento: acompanhamento

PDC nº 960/2018 – “Susta a Portaria nº 457, de 08 de dezembro de 2016, do Ministério da Fazenda, que dispõe sobre a disponibilização de acesso, para terceiros, pelo Serviço Federal de Processamento de Dados, a dados e informações que hospeda, para fins de complementação de políticas públicas.”

Autor: Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP)

Relator: Deputado Luis Miranda (DEM/DF)

Parecer: Pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, e, no mérito, pela aprovação

Posicionamento: acompanhamento

COMISSÃO ESPECIAL | PEC 007/20

15h – Reunião Deliberativa

PEC nº 7/2020 – Altera o sistema tributário Nacional.

Posicionamento: em análise

A- Deliberação de Requerimentos

COMISSÃO ESPECIAL | PL 6461/19

15h – Audiência Pública

Tema: Debate sobre o PL 6461/2019 e a MPV 1116/2022

PL nº 6461/2019 – “Institui o Estatuto do Aprendiz e dá outras providências.”

Autor: Deputado André de Paula (PSD/PE)

Posicionamento: Acompanhamento

MPV nº 1116/2022 – “Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.”

Autor: Poder Executivo

Posicionamento: Acompanhamento

Convidados:

- Antônio Roberto Silva Pasin, Superintendente da FEBRAEDA (Federação Brasileira de Associações Socioeducacional de Adolescentes);
- Humberto Casagrande, CEO do CIEE (Centro de Integração Empresa Escola);
- Fernando Almeida Alves, Diretor Executivo da Rede Cidadã; Netto Bittar, Presidente da Bittar Educação e Patrono do Instituto João Bittar;
- Ana Maria Villa Real, Procuradora do Ministério Público do Trabalho – Coordenadora Nacional do Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente;
- Ramon de Faria Santos, Auditor Fiscal do Trabalho – Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

→ A presença de todos os convidados está confirmada.

PAUTA DO SENADO FEDERAL

TERÇA-FEIRA (07)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

11h – Sessão Deliberativa

REQ nº 43/2022 – “Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a temática “Reforma Tributária para garantir maior justiça social”, para discutir como a complexidade do sistema atual permite que pessoas ou grupos econômicos acabem se beneficiando da legislação, enquanto outros são fortemente prejudicados.”

Autor: Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)

Posicionamento: Favorável ao projeto

COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR (CTFC)

14h30 – Sessão Deliberativa

PLS nº 68/2013 – “Altera o Código de Defesa do Consumidor para atribuir a natureza de título executivo extrajudicial ao acordo celebrado perante órgãos de defesa do consumidor.”

Autor: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relator: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

Relatório: Pela aprovação, com duas emendas que apresenta, e pela rejeição das emendas 1 e 2 da CCJ

Posicionamento: Contrário ao projeto e parecer

PLS nº 374/2017 – “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro

de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor.”

Autor: Senadora Kátia Abreu (MDB/TO)

Relator: Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

Relatório: Pela aprovação

Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer

PLC nº 5544/2019 – “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para prever a penalidade de reembolso do valor do frete a empresas que descumpram o prazo de entrega de produtos acordado em contrato.”

Autor: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relator: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatório: Pela aprovação

Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer

QUINTA-FEIRA (09)

COMISSÃO DE JURISTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (CJSUBIA)

9h – Seminário Internacional

A Comissão de Juristas agendou Seminário Internacional que será realizado nos dias 09 e 10 de junho, confira, a seguir, os painéis previstos:

9h | Painel 1 | Democracia e direitos fundamentais: fundamentos da regulação de Inteligência Artificial

- Dr. Wolfgang Hoffmann-Riem, Bucerius Law School
- Dra. Mireille Hildebrandt
- Dra. Maria Paz Canales, Derechos Digitales
- Dr. Stuart Russell, U.C. Berkeley

11h | Painel 2 | Desafios da regulação de Inteligência Artificial: experiências comparadas

- Moderação: Clara Iglesias Keller e Claudia Lima Marques
- Dra. Indra Spiecker, University of Frankfurt
- Dr. Hans Wolfgang Micklitz, EUI
- Dr. Jake Okechukwu Effoduh, World Economic Forum

14h | Painel 3 | Transparência, viés e devido processo na tomada de decisão automatizada

- Moderação: Mariana Valente e Juliano Maranhão
- Dra. Bojana Bellamy, CIPL
- Dra. Nanjira Sambuli, Digital Impact Alliance (DIAL) at the United Nations Foundation, Carnegie Endowment, Ford Global Fellow
- Dr. Anupam Chander, Georgetown
- Dra. Carly Kind, Ada Lovelace

SEXTA-FEIRA (10)

COMISSÃO DE JURISTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (CJSUBIA)

9h – Seminário Internacional

A Comissão de Juristas dará sequência ao Seminário Internacional, confira, a seguir, os painéis previstos:

9h | Painel 4 | Proteção de Dados e regulação de I.A.

- Moderação: Danilo Doneda e Miriam Wimmer
- Dra. Gabriela Zanfir, Future of Privacy Forum
- Dr. Alessandro Mantelero, Polytechnic University of Turin
- Dr. Marc Rotenberg, President and founder of the Center for AI and Digital Policy
- Dra. Teki Akuetteh Falconer, Africa Digital Rights' Hub

10h30 | Painel 5 | Técnicas regulatórias e abordagem baseada em risco

- Moderação: Estela Aranha e Bruno Bioni
- Dr. Eike Graf, Comissão Europeia
- Dra. Pam Dixon, World Privacy Forum
- Dr. John Miller, ITI

14h | Painel 6 | Mercado e expertise: Perspectivas setoriais em I.A.

- Moderação: Ana Frazão e Thiago Sombra
- Dr. Christian Troncoso, BSA
- Dra. Pat Aufderheide, American University / Center for Media and Social Impact
- Dra. Christina Montgomery, IBM

15h30 | Painel 7 | Sistemas de responsabilização

- Moderação: Victor Marcel e Filipe Medon
- Dra. Teresa Rodríguez de las Heras Ballel, University Carlos III of Madrid
- Dr. David Vladeck, Georgetown Law
- Dra. Mafalda Miranda Barbosa, Universidade de Coimbra

SETOR PRIVADO

SEGUNDA-FEIRA (06)

14h – Open Summit Brasil | Evento

Durante essa semana, será realizado o Open Summit Brasil, com palestrantes e especialistas em Open Banking, Open Insurance, Payments, Moedas Digitais, Fintechs, Insurtechs e Open Innovation.

O evento é gratuito e as inscrições podem ser feitas neste link.

06/06 | Confira os painéis previstos:

- Desafios e oportunidades para se tornar um iniciador de pagamentos com foco no Cliente
- Open Finance: o futuro do setor bancário e do relacionamento com os clientes
- Por que o Open Finance ainda não pegou?
- A receita secreta para um melhor banco – como as tendências de automação e tecnologia estão impulsionando a transformação digital
- Open Finance Brasil - Desafios entre UX e fricção - GT UX
- Como as Fintechs estão reformulando o setor bancário
- Banco de Varejo - Ameaças e Oportunidades com Bancos Digitais Entrando no Segmento de Varejo
- GT Segurança
- Buscando novos fluxos de receita em finanças abertas

07/06 | Confira os painéis previstos:

- Impactos do Open Finance e da inovação no mercado de pagamentos
- Proteção de dados no mundo de compartilhamento de dados: O que esperar da evolução da LGPD e da segurança do consumidor final neste ano?

Foram convidadas:

Annette Pereira - Conselho Nacional de Proteção de Dados
Pessoais e da Privacidade

Crisleine Yamaji - Febraban

- Ecossistema Fintech: Contribuindo para o futuro do setor financeiro
- Competição ou cooperação. Como se dará o relacionamento entre Bancos e Fintechs nos próximos anos?
- Segurança de Dados : Colocando em perspectiva estratégias de proteção de dados sensíveis para o setor financeiro
- Adoção e Execução de Tecnologias em Nuvem
- Entregando experiências personalizadas para aprimorar a jornada do cliente
- Tecnologia é sobre consumir dados; Open Banking é sobre o acesso e compartilhamento de dados. Juntos, eles abrem possibilidades e reformulam modelos de negócios

08/06 | Confira os painéis previstos:

- Desafios e oportunidades do Open Finance para IFs e seus clientes
- Open Banking e o Futuro: Para onde estamos indo
- BaaS e BaaP: Qual será o futuro dos Bancos?
- Como o Open Banking capacita as pequenas empresas a gerenciar melhor suas finanças, melhorar suas eficiências operacionais e aumentar sua própria competitividade?
- Soluções digitais no Open Finance para atender e superar as expectativas do cliente
- Governança dos dados no Open Banking: principais desafios e responsabilidade
- Usando insights de dados entre setores para ajudar consumidores/funcionários e transformar o risco de empréstimos
- Do Open Finance à hiperpersonalização da experiência: desafios e oportunidades na criação de novos modelos de negócio

- Do legado à transformação digital

09/06 | Confira os painéis previstos:

- Dicas para se conectar rapidamente no Open Finance e extrair valor para o seu produto
- O futuro dos meios de pagamento
- Quais são as diferentes opções para pagamentos bancários abertos e onde você deve fazer suas apostas?
- Criptomoedas, sistemas financeiros descentralizados e blockchain; o impacto nos pagamentos
- Como os fraudadores escalam os ataques ao sistema de pagamento Implementando a ISO 20022 para pagamentos
- Moedas Digitais de Banco Central: inovação ou controle?
- Tokens, finanças em games, NFTs: o que vai mudar no dinheiro do futuro?
- Que novas políticas e regulamentos devemos esperar sobre a forma que realizamos pagamentos no futuro?
- Nova era de ameaças cibernéticas para bancos. Descobrindo a jornada para construir sistemas cibernéticos resilientes
- A necessidade de confiança do consumidor – no ecossistema, organizações individuais, dados e como eles são usados

10/06 | Confira os painéis previstos:

- Open Insurance, desafios e oportunidades
- A Iniciativa do Open Insurance: Desafios da Implementação
- Suitability, OpIn e a expansão do mercado de seguros
- Tecnologia aplicada a Seguros: o que vale a pena, hoje?
- Educação em Seguros - tirando o atraso, reduzindo assimetria
- AI em Seguros: sorria, você está sendo avaliado. Foi convidado: Carlos Almeida, SUSEP
- ERPs saindo, Plataformas chegando
- Corretor Digital: quanto e quando vale a pena investir?

AGENDA DA SEMANA

ESTADOS

SEMANA 06/06 A 10/06/2022



AGENDA LEGISLATIVA DA SEMANA

SEGUNDA-FEIRA (06)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO

Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Conta

13h30 – Sessão Deliberativa

PL nº 288/2019 – Da dep. Raquel Lessa (PROS), que dispõe sobre a proibição de cobrança de taxa pelos serviços públicos de água, luz e gás em caso de corte por falta de pagamento e adota outras providências.

Situação: O parecer do relator é favorável a matéria.

Impacto: Neutro

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO

Comissão de Tributação

14h – Audiência Pública

A Comissão de Tributação da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) vai realizar audiência pública, para discutir o parcelamento de impostos devidos por empresas em Recuperação Judicial, de acordo com a proposta do Projeto de Lei 5982/22, de autoria do presidente do Parlamento fluminense, deputado André Ceciliano (PT).

Impacto: Neutro

TERÇA-FEIRA (07)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO

Comissão de Saúde e Saneamento

9h – Sessão Deliberativa

PL nº 408/2019 – Do dep. Capitão Assunção (PSL), que dispõe sobre o direito à continuidade no fornecimento de energia elétrica ao portador de doença ou patologia cujo tratamento ou procedimento médico requeira o uso continuado de aparelhos e dá outras providências, no Estado do Espírito Santo.

Situação: O parecer é pela aprovação da matéria.

Impacto: Neutro

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

15h – Sessão Plenária | Deliberativa – Vetos sem acordo

PL nº 1063/2020 – Apreciação do veto total ao PL 1063/2020, do dep. Martins Machado (PRB), que dispõe sobre a suspensão das cobranças por parte das concessionárias de serviço público de energia elétrica e água, das taxas de consumo pelo período de 90 dias aplicáveis às empresas de qualquer porte, entidades religiosas de qualquer culto e associações sem fins lucrativos, em todo o Distrito Federal.

Impacto: Neutro

PLC nº 37/2020 – Apreciação do veto total ao PLC 37/2020, do dep. Eduardo Pedrosa (DEM), que dispõe sobre a suspensão dos procedimentos de inscrição de créditos na dívida ativa e ajuizamento de execuções fiscais no prazo de vigência de estado de calamidade pública no âmbito do Distrito Federal.

Impacto: Negativo

PL nº 1133/2020 – Apreciação do veto total ao PL 1133/2020, da dep. Julia Lucy (NOVO), que dispõe sobre garantias de

liberdade individual e proteção de dados pessoais no monitoramento inteligente para combate a pandemias.

Impacto: Neutro

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO

13h30 – Sessão Deliberativa

Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação (CCJ)

13h30 – Sessão Deliberativa

PL nº 460/2021 – Do dep. Capitão Assunção (PATRI) que obriga a omissão parcial dos dados pessoais de consumidores em documentos ou cartas de cobrança de serviços.

Situação: O relator, dep. Dr. Emílio Mameri (PSDB) ainda não apresentou parecer.

Impacto: Neutro

PL nº 909/2019 – Do dep. Marcos Garcia (PV), dispõe sobre a obrigatoriedade das concessionárias dos serviços públicos relacionados oferecerem opção de pagamento por cartão de débito antes da suspensão do serviço.

Situação: O relator, dep. Dr. Rafael Favatto (PATRI) optou pela adoção das emendas sugeridas pela Procuradoria Jurídica, sendo assim optou pela constitucionalidade da matéria.

Impacto: Neutro

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO

Plenário | 11h - Sessão Deliberativa

PL nº 5982/2022 - De autoria do Deputado André Ceciliano (PT), que dispõe sobre o parcelamento de débitos fiscais dos

devedores em recuperação judicial e dá outras providências.

Situação: O projeto está pautado em discussão única em plenário.

Impacto: Neutro

QUARTA-FEIRA (08)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA

08h – Simpósio Estadual da Lei de Proteção de Dados

Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros

Será realizado nas dependências da Assembleia Legislativa, o Simpósio Estadual da Lei de Proteção de Dados (LGPD), organizado pela União dos Vereadores de Santa Catarina (UVESC). Previsto para durar de quarta (08) à sexta-feira (10), o simpósio será direcionado para servidores das Câmaras Municipais e os representantes do legislativo municipal, com debates a respeito do papel das casas legislativas municipais na implementação da LGPD.

Confira mais informações nas redes da UVESC.

DESTAQUES PARA A SEMANA - PROJETOS CRÍTICOS

GOIÁS

PL nº 558/2021 (Sac – chamada de vídeo deficiente auditivo)

Torna-se obrigatório as empresas de centrais de atendimento telefônico "call centers", serviços de atendimento ao cliente "SAC" e congêneres a disponibilizarem método de atendimento de chamada de vídeo para pessoas portadoras de deficiência auditiva, no âmbito do Estado de Goiás.

Impacto: Negativo

Situação: Recebido na Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Leg. Participativa, aguarda designação de relator

RIO DE JANEIRO

PL nº 4617/2021 (Cadastro positivo / banco de dados - Cadastro positivo e negativo)

Fica vedada a inclusão de dados negativos ou acordos pendentes referentes à dívidas prescritas junto aos "cadastros positivos" ou "score dos consumidores" realizado por instituições de proteção ao crédito, na forma que menciona.

Impacto: Negativo

Situação: Retirado de pauta a pedido do autor. Retorna para a CCJ.

PL nº 5920/2022 (Acessibilidade - Site empresarial)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de acessibilidade nos sítios da 'internet' de empresas públicos e privadas estabelecidos no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

Impacto: Negativo

Situação: Designado dep. Rodrigo Amorim (PTB) como relator na CCJ.

INFORMAÇÕES

André Pellizzaro

(11) 3549 6800 ramal 8885

Bianca Robles

(11) 3549 6800 ramal 6277 | (11) 98257-4403

Karoline Lima Santos Pereira

(61) 3213 2000 ramal 2095 | (11) 98819-0387

Marco Antônio Corradi

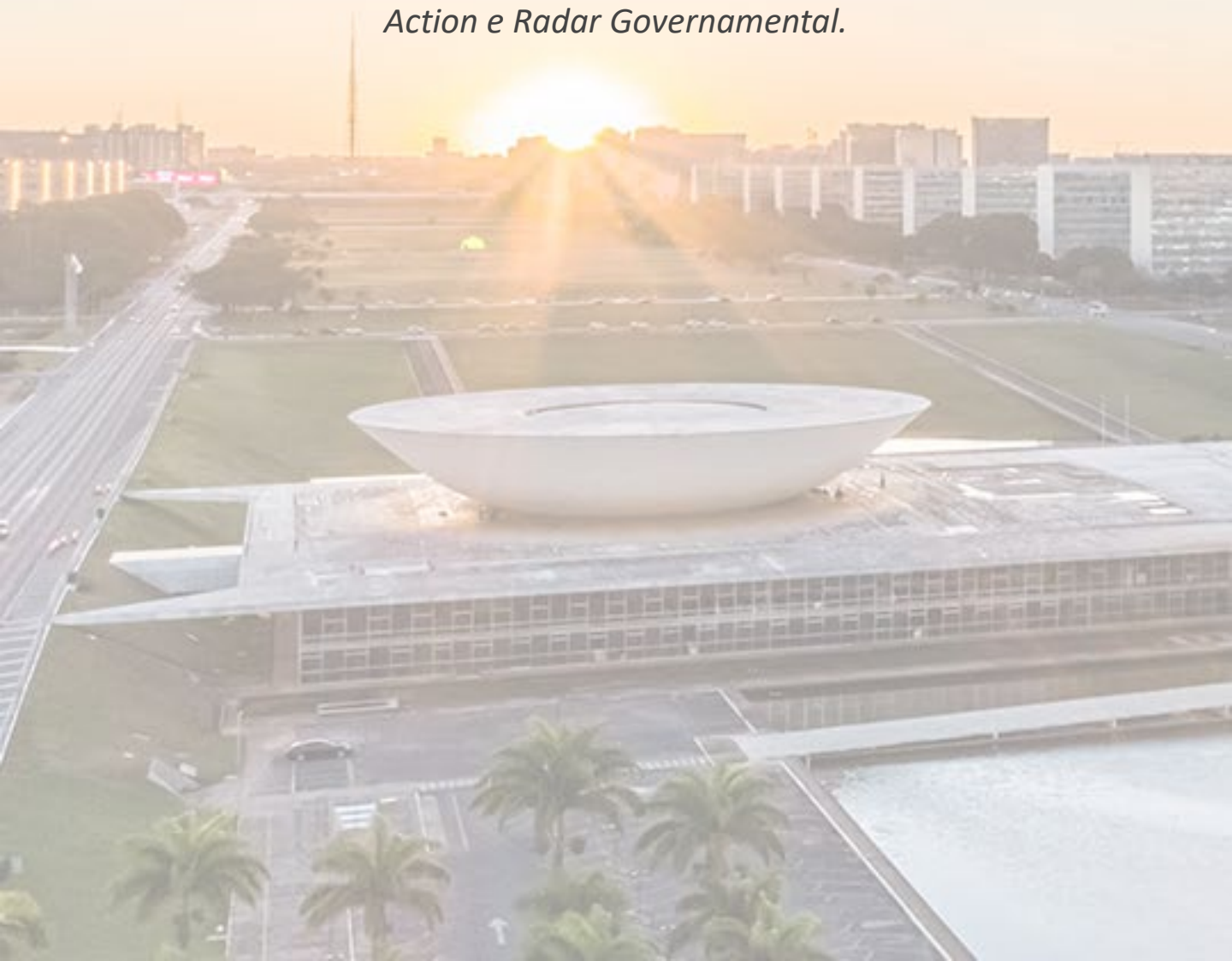
(61) 3213 2000 | (37) 98405-1313

Mickaella Soares

(61) 3213 2000

E-mails: rig@spcbrasil.org.br | rig@cndl.org.br

Com informações da Câmara e Senado Federal. Consultorias Vector, Action e Radar Governamental.



INFORME

RIG

Relações
Institucionais e
Governamentais

